
DISCUSSÕES SOBRE O NATURALISMO NA IMPRENSA DA PROVÍNCIA DO PARÁ DO FINAL DO SÉCULO XIX

Discussions on naturalism in the press
of the state of Pará at the end of the nineteenth century

Alan Victor Flor da Silva¹

RESUMO: Com base na pesquisa realizada na imprensa periódica belenense oitocentista, encontramos publicações que apresentam como objetivo tecer apreciações críticas em relação ao Naturalismo, escola literária em vigência no Brasil nas duas últimas décadas do século XIX. Essa constatação demonstra que muitos jornalistas e homens de letras radicados na capital paraense nesse período estavam atentos às discussões em nível tanto nacional quanto internacional sobre essa tendência literária do momento e os seus principais idealizadores. Essas publicações, no entanto, revelam também uma quantidade expressiva de perspectivas plurais e às vezes dissonantes sobre o Naturalismo. Dessa forma, objetivamos, com este trabalho, apresentar e discutir as apreciações críticas a respeito dessa escola literária localizadas na imprensa periódica belenense oitocentista, com o intuito de averiguarmos como jornalistas e homens de letras estabelecidos em Belém se propuseram a interpretá-la.

PALAVRAS-CHAVE: Naturalismo; Romantismo; escolas literárias; imprensa periódica; Belém oitocentista.

ABSTRACT: Based on the research conducted in Belém's 19th century periodic press, we found publications that aim at reviewing Naturalism, a literary school in Brazil that lasted for two decades of the 19th century. This finding demonstrates that many journalists and men of letters that lived in the capital of Pará in this period were aware of these discussions in a national and international level about this literary tendency of the moment and its main idealizers. These publications, however, also reveal an expressive amount of plural and sometimes dissonating perspectives about Naturalism. Thus, the purpose of this work is to introduce and discuss the reviews about this literary school published in the periodic press of Belém in the 19th century, in order to figure out how journalists and men of letters established in Belém in the 19th century chose to interpret it.

KEYWORDS: Naturalism, Romanticism, literary schools, periodic press, 19th century Belém.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os compêndios de história da literatura, de modo geral, apresentam as escolas literárias sem contradições, exceções nem

¹ Doutor em Letras pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

divergências, pois se limitam a um apanhado de generalizações realizadas com base em poucas obras dignas do cânone e em alguns escritores de prestígio nacional. Considerados menores, as outras obras e os demais escritores — uma parte significativa — são desses manuais totalmente excluídos ou ocupam nesses livros um lugar marginal. Tal forma de abordagem traz como consequência o apagamento de toda a complexidade em torno das escolas literárias, sobretudo em relação aos aspectos mais paradoxais.

O Naturalismo no Brasil, por exemplo, foi discutido nas histórias literárias como se não houvesse perspectivas diferentes de abordá-lo, a não ser pelos mesmos aspectos: o cientificismo e o determinismo. Leonardo Mendes (2008), em contrapartida, questiona o fato de a crítica literária em geral ter-se empenhado tanto — e durante muito tempo — em abordar o romance naturalista brasileiro apenas por meio do cientificismo e do determinismo. Para o autor, não se trata de negar a presença desses aspectos, mas de se perguntar se não havia algo a mais a ser explorado nessas obras vinculadas ao Naturalismo.

As histórias literárias, além de enfatizarem sempre as mesmas perspectivas, também destinaram várias críticas pejorativas a essa escola literária. Na *História da literatura brasileira*, José Veríssimo (1998), por exemplo, censura o Naturalismo no Brasil pela produção de poucas obras de inestimável valor, pela representação ficcional de vulgaridades da vida ordinária, pela falsificação da arte, entre tantos outros aspectos.² Porém, Leonardo Mendes (2006), em oposição ao que propõem as histórias literárias, afirma que o romance naturalista brasileiro — muito distante de uma adaptação a um padrão único e fechado — é confuso, estranho e contraditório. Tal fato revela que as obras publicadas no Brasil representativas do Naturalismo, para muito além do cânone nacional, não se enquadram num mesmo modelo generalizado. Esse posicionamento também é o mesmo defendido por Neide Faria (1989, p. 135): “podemos, num esforço de classificação, reconhecer, nos livros que normalmente são arrolados como pertencendo à corrente ‘naturalista’, quatro diversos tipos de naturalismo em nossas letras”. A autora, a saber, conseguiu identificá-los a partir das seguintes rubricas: “naturalismo histórico”, “naturalismo-documento”, “naturalismo cósmico” e “naturalismo híbrido”.

Se analisarmos as considerações sobre o Naturalismo no Brasil,

² Em meio a tantas censuras, José Veríssimo (1998, p. 350) ressaltou um único aspecto positivo sobre a escola naturalista. Segundo o crítico e historiador da literatura brasileira, o Naturalismo “trouxe à nossa ficção mais justo sentimento da realidade, arte mais perfeita da sua figuração, maior interesse humano, inteligência mais clara dos fenômenos sociais e da alma individual, expressão mais apurada, em suma uma representação menos defeituosa da nossa vida, que pretendia definir”.

perceberemos que escritores e jornalistas se posicionaram de formas variadas a respeito desse estilo de época. Diversas fontes primárias demonstram que houve não apenas uma discussão efervescente em torno do Naturalismo no Brasil do final do século XIX, como também um conjunto de vozes plurais e às vezes dissonantes sobre essa escola literária. Prefácios de romances, publicações em periódicos e obras impressas serviram de palco para que homens tanto das letras quanto da imprensa nesse período pudessem se posicionar sobre essa nova tendência literária — seja contra, seja a favor.

Apenas a título de curiosidade, podemos apresentar alguns exemplos de fontes primárias em que podem ser encontrados debates sobre o Naturalismo no Brasil:

- 1) *Prefácios*: o prólogo do romance *A carne*, de Júlio Ribeiro, saído à luz em 1888, foi escrito em língua francesa pelo próprio autor e elaborado em forma de carta, cujo destinatário era o famoso escritor naturalista francês Émile Zola. Nesse introito, Júlio Ribeiro defende-se das acusações que muitos escritores naturalistas no Brasil recebiam na época: seguir levemente os preceitos da nova escola literária propostos por Zola.
- 2) *Publicações em periódicos*: na *Revista Sul-Americana — Bibliografia Brasileira — Ciências, Letras e Artes*, publicada quinzenalmente pelo Centro Bibliográfico Vulgarizador, foi lançado em 1889 e distribuído em sete fascículos o “Movimento espiritual do Brasil no ano de 1888 — Retrospecto literário e científico”, um ensaio assinado por Sílvio Romero no qual o autor oferece um comentário crítico de cunho comparativo em relação a quatro romances naturalistas publicados na mesma época: *O homem* (1887), de Aluísio Azevedo; *A carne* (1888), de Júlio Ribeiro; *O cromo* (1888), de Horácio de Carvalho, e *Hortências* (1888), de Marques de Carvalho. Sem muitas alterações, esse mesmo ensaio foi inserido posteriormente no livro *Novos estudos de literatura contemporânea*, saído à luz em 1898 sob a responsabilidade da impressão pelo livreiro-editor Hippolyte Garnier.
- 3) *Obras impressas*: em 1895, Adolfo Caminha lançou as *Cartas literárias* e, em várias missivas reunidas nessa obra, teceu considerações acerca do Naturalismo. Na sétima carta do livro, publicada sob o título “Em defesa própria”, o escritor defendeu-se das acusações que recebeu em relação ao romance *A normalista*, o qual foi acusado de ser imoral.

Tais fontes apresentam um valor muito significativo para os

estudos literários, pois nos ajudam a compreender como o Naturalismo era interpretado pela classe letrada do país. No que concerne aos periódicos em específico, Robert Darnton (2010, p. 45) afirma que os historiadores devem desconfiar dos jornais como fonte de informação, assim como também não podem considerá-los como fontes primárias utilizadas para descobrir o que realmente aconteceu. Conforme o autor, “jornais devem ser lidos em busca de informações a respeito de como os acontecimentos eram interpretados pelas pessoas da época, em vez de representarem fontes confiáveis dos acontecimentos”. Nesse sentido, pretendemos neste breve estudo demonstrar como escritores e jornalistas envolvidos na imprensa periódica belenense oitocentista interpretaram o Naturalismo.

A partir da pesquisa que realizamos em periódicos que circularam por Belém durante as duas últimas décadas do século XIX, podemos afirmar que os debates em relação ao Naturalismo ocorreram de maneira também muito intensa nas páginas da imprensa periódica belenense oitocentista. Na capital paraense dessa época, homens tanto das letras quanto do jornalismo se posicionaram a respeito dessa tendência literária de formas diversas. É nítida, portanto, uma tensão provocada por uma multiplicidade de vozes plurais e às vezes dissonantes nos veículos de imprensa da capital paraense entre os adeptos e os detratores do Naturalismo.³ Nesse sentido, encontram-se, de um lado, aqueles que se demonstravam saudosistas em relação ao Romantismo e abominavam a nova tendência literária que subvertia a moral vigente na época e, do outro, aqueles que exaltavam o Naturalismo como a mais promissora escola literária do momento.

A partir da pesquisa em periódicos, o presente trabalho contrapõe-se ao Naturalismo proposto pelas histórias literárias e propõe-se a discuti-lo de tal modo que emergem não apenas a multiplicidade discursiva, como também, e principalmente, o caráter paradoxal em relação à interpretação de tal escola literária. Esse posicionamento corrobora o que propõem Leonardo Mendes e Sérgio da Fonseca Amaral (2017, p. 357): “[s]em temer o paradoxo, o estudioso do naturalismo deve considerar todas as vertentes de leitura crítica. Por muito tempo a tradição reduziu o romance naturalista brasileiro à sua dimensão de ‘romance científico’, simplificando-o e empobrecendo-o”.

Com base na compilação e na análise de publicações diversas que saíram em periódicos belenenses oitocentistas, objetivamos, com este

³ Este trabalho considera o aspecto polifônico como uma das principais características dos periódicos que circularam pelo século XIX. Sobre esse aspecto, Socorro de Fátima Pacífico Barbosa (2007) chama a atenção para o fato de que o jornal pode ser concebido como um espaço de diálogo, debates, polêmicas e focos, assim como também o lugar, por excelência, da multiplicidade discursiva, onde ecoam, ainda que de maneira incipiente, as vozes dos mais variados segmentos da sociedade, a exemplo das mulheres.

trabalho, discutir como o Naturalismo era compreendido por escritores e jornalistas radicados na capital paraense. Para tanto, selecionamos, entre os vários jornais que circularam pela capital paraense nessa época, *A República*, o *Diário de Notícias* e o *Diário de Belém*, pois, de acordo com a pesquisa por meio de palavras-chave no site da Hemeroteca Digital Brasileira, percebemos que esses três periódicos eram aqueles que circularam pela capital paraense durante o final do século XIX com o maior número de ocorrências para os termos “naturalismo/naturalista”, “realismo/realista” e “romantismo/romântico(a)”.⁴

É válido colocarmos em evidência também que não estabelecemos distinção entre o emprego dos vocábulos “realismo” e “naturalismo”, pois esses termos, segundo Patrícia Alves Carvalho Corrêa (2011), eram vagos e causavam confusão em razão de terem sido usados indiscriminadamente durante o Oitocentos por críticos e escritores tanto da Europa quanto do Brasil. Tal fato pode ser verificado ainda quando Sílvio Romero e José Veríssimo, críticos contemporâneos aos estilos de época do final do século XIX, se debruçaram sobre o assunto. Partindo do conceito do termo “naturalismo”, Sílvio Romero (1978), por exemplo, afirma que essa palavra foi utilizada mais para marcar uma diferença e uma oposição frente ao Romantismo. Desse modo, qualquer escola literária que tenha como objetivo contrapor-se ao Romantismo, por mais que se diversifique em alguns pontos acessórios, pode muito bem ser abrigada sob a palavra “naturalismo”. Do mesmo modo que Sílvio Romero, José Veríssimo (1978) afirma que o termo “naturalismo” não tem um significado preciso que não suscite algumas questões e inúmeros debates. Nas duas últimas décadas do século XIX, esse vocábulo, segundo o autor, passou a ser empregado pelos escritores e críticos literários mais para estabelecer uma contraposição ao Romantismo do que necessariamente para preconizar uma nova forma de conceber e produzir literatura. Dessa forma, optamos por designar apenas por meio do vocábulo “naturalismo” todas as tendências literárias que se contrapusessem ao Romantismo.

Convém, contudo, ressaltarmos que, quando nos dedicamos às apreciações nos jornais sobre os estilos de época do final do século XIX, remetemo-nos aos termos utilizados pelos próprios autores. Ou seja, se um autor empregou o termo “realismo”, também utilizamos essa mesma expressão; se usou o vocábulo “naturalismo”, servimo-nos dessa mesma palavra; se empregou na mesma publicação os dois termos, emitimos uma nota chamando a atenção para o fato.

⁴ Inserimos também na pesquisa os termos “romantismo/romântico(a)” porque, muitas vezes, o Romantismo era considerado em publicações localizadas na imprensa periódica belenense oitocentista como parâmetro para analisar as escolas literárias que o sucederam e a ele se contrapuseram.

A *República* foi um periódico que começou a circular em Belém a partir do início de setembro de 1886. Desde quando surgiu como Órgão do Clube Republicano, apresentava abertamente convicções políticas, como podemos perceber não apenas por meio do título do jornal, excepcional e polêmico para a época, como também por meio de uma declaração estampada no início da primeira coluna da segunda página de todos os números desse periódico. Vejamos: “Esta folha tem por missão principal: discutir e sustentar a legitimidade e oportunidade do sistema republicano federativo no Brasil: pugna dentro da legalidade monárquica, por todas as reformas que facilitem o advento da democracia”. Além disso, o periódico apresentava em todas as edições, logo abaixo do título do jornal estampado na parte superior da primeira página, uma epígrafe do escritor francês Victor Hugo: “Il faut agir! Il faut marcher! Il faut vouloir”,⁵ que reafirma a ideologia política da folha jornalística. Essa epígrafe foi extraída do livro *Les quatre vents de l'esprit* (Os quatro ventos do espírito), uma coleção de poemas publicada em 1881.

De acordo com Leonardo Mendes (2008), o romance naturalista brasileiro apresenta uma relação muito estreita com os ideais republicanos.⁶ De tal modo, *A República*, como era previsto, apresentou uma variedade de publicações acerca do Naturalismo. Nesse jornal, foi publicado sem assinatura em 6 de maio de 1890 o ensaio intitulado “A política moderna: educação ao povo”, no qual o autor defendeu que a transição de um regime monárquico para um republicano no Brasil — “este incalculável acontecimento, fecundíssimo em seus efeitos e consequências históricas, nobilíssimo em seus instintos, fatal em sua realização” — trouxe consequências para o domínio científico, literário e artístico. Segundo o jornalista anônimo, a literatura, assim como nas ciências e nas artes em geral, a exemplo da pintura, da música e da estatua, “submeteu-se igualmente a essa positivação” e, portanto, “tornou-se [...] uma disciplina mais positiva, mais séria, mais útil, mais humana, mais científica”. Essa nova forma de literatura à qual o autor se referiu, proveniente das convicções positivistas, resultante de uma transformação política no país e ainda avessa aos ideais românticos, recebeu a alcunha de Naturalismo.

No dia 25 de maio de 1890, foi publicada na seção “Pela manhã” de *A República* uma crônica assinada por Armand.⁷ Nesse gênero, o colunista

⁵ Tradução: “É necessário agir! É necessário caminhar! É necessário querer!”

⁶ Informações mais específicas sobre a relação entre o romance naturalista no Brasil e os ideais republicanos, cf. MENDES (2008).

⁷ Armand é o pseudônimo que assinava em *A República* a coluna “Pela Manhã”, onde publicava crônicas sobre concertos, obras recém-lançadas, banalidades, fatos cotidianos, entre outros. Essa seção começou a ser inserida no periódico a partir de abril de 1890 e localizava-se sempre no

do jornal demonstrou-se pouco entusiasta com o Realismo e saudosista em relação ao idealismo e ao sentimentalismo presentes durante o Romantismo, pois sentia falta da “falange de literatos” que “fundava e enriquecia a literatura pátria” e oferecia aos leitores “obras de inolvidável valor”, a exemplo de Joaquim Manuel de Macedo e de José Alencar — no romance e no teatro — e de Álvares de Azevedo, de Fagundes Varela, de Gonçalves Dias e de Castro Alves — na poesia.

No mesmo periódico, foi publicado entre 2 e 10 de fevereiro de 1900 e disposto em seis fascículos um estudo de José Veríssimo intitulado “Um século de literatura”. Nesse trabalho, o autor, propondo-se a traçar um panorama sobre a produção literária nacional do século XIX, não apenas sugeriu um certo atraso quando defendeu que o Naturalismo instaurou-se no Brasil a partir do início da penúltima década do século XIX, quando já estava em declínio na França, onde se originou, como também afirmou que essa nova escola literária que surgiu no país durante o final do Oitocentos não teve a mesma importância nem o mesmo vigor do Romantismo.⁸ Vejamos: “O naturalismo, que aqui data dos anos de 80, quando ele entrava em declínio na França, de onde o tomamos não teve na nossa literatura a importância do romantismo, nem o seu vigor”.

As discussões em *A República* acerca do Naturalismo não se resumiram apenas a esses comentários. Alguns diálogos travados no jornal colocavam em evidência essa escola literária e, algumas vezes, envolviam até mesmo os nomes de alguns escritores estrangeiros famosos na época vinculados a essa tendência. Émile Zola, por exemplo, foi um autor referido com frequência nas páginas de *A República* como o principal expoente do Naturalismo.

No dia 6 de julho de 1893, foi publicada uma nota no periódico sobre a eleição do romancista francês para a Academia Francesa de Letras, na qual o autor foi referido como o “eminente chefe do Naturalismo”. Vejamos: “Uma correspondência de Paris para *L’Indépendance Belge* diz que as probabilidades da eleição de Zola para a Academia Francesa [...] aumentam todos os dias. Parece que nem sempre o eminente chefe do naturalismo suspirará à porta dos imortais”.

No dia 24 de março de 1892, outra nota também foi estampada em *A República* com o nome de Zola. Tal nota era uma reprodução divulgada no jornal francês *Le Figaro* de “uma série de pequenos artigos relatando os

início da primeira coluna da segunda página do jornal. Numa crônica divulgada no dia 24 de maio de 1890, o cronista afirmou que apenas tinha “por objetivo entreter os leitores com uma seção alegre e humorística”.

⁸ O posicionamento que José Veríssimo (1988) apresentou no artigo divulgado em *A República* a respeito do Naturalismo é o mesmo que o crítico desenvolveria mais tarde na *História da literatura brasileira*, publicada em 1916.

hábitos dos mais festejados escritores”, a exemplo de Joseph Ernest Renan, Alexandre Dumas Filho, François Coppée, Victorien Sardou, Émile Zola, Paul Bourget, Alphonse Daudet, Guy de Maupassant e Edmond Rochefort. No que se refere especificamente ao escritor francês, considerado “o pontífice do naturalismo”, a nota emitia as seguintes palavras: “Zola — O pontífice do naturalismo passeia das 9 à 1 da tarde, horas a que começa a escrever. A sua letra é grossa e clara, e nunca trabalha sem enrolar os joelhos numa manta. Gosta do aparato; a sua mesa é enorme, a sua cadeira muito alta. O tinteiro representa um leão”.

Além da presença de Émile Zola em notas divulgadas em *A República*, o nome do autor francês também foi mencionado no mesmo jornal noutra crônica assinada por Armand, divulgada em 24 de maio de 1890 sobre a publicação em *A Província do Pará* do conto “Na roça...”, de Teodoro Pontes.⁹ Nessa apreciação crítica, o cronista de *A República* teceu elogios exacerbados a respeito do trabalho do colaborador do outro periódico: “um bonito conto”, “graciosa produção”, “uma notável beleza de estilo”, “o mimoso conto”, “notáveis belezas de imaginação”, “traços corretos de estilo descritivo” e “quadros lúcidos e animados de concepção naturalista”. Apesar de ter atribuído demasiados louvores ao trabalho de Teodoro Pontes, Armand, entretanto, afirmou que “o conto do novel escritor [...] ressentia-se de certa liberdade de linguagem, que constitui o seu único senão” e atribuiu esse possível deslize à vinculação da narrativa à escola naturalista. Vejamos: “É talvez o resultado de uma falsa orientação que já notei na escola de Flaubert e de Zola, em dar às coisas cores muito vivas, naquilo em que a natureza e a sociedade têm de mais oculto”. A partir do momento em que apareceram os nomes de Gustave Flaubert e Émile Zola, o cronista desviou o foco do trabalho de Teodoro Pontes e colocou em evidência os dois escritores franceses para diferenciá-los. Segundo Armand, “Flaubert fundou com a sua encantadora obra *Madame Bovary* a verdadeira escola naturalista. Não se vê aí a frisante licenciosidade de *Naná*, em que Zola nos dá um estilo repassado de volúpias e de sensualidades”. Além dos romancistas franceses, o cronista de *A República* apresentou Eça de Queiroz como um dos discípulos ou sucessores de Gustave Flaubert a se afastar “alguma coisa do ideal naturalista”, pois o escritor português, “num estilo aliás primorosíssimo, reproduziu no seu *Primo Basílio* o admirável romance do escritor francês [Flaubert], aumentando-lhe ao entrecho e à degradação dos principais personagens cenas de uma torpeza repugnante”.

Nesse sentido, podemos perceber que, enquanto Zola foi exaltado

⁹ Infelizmente, não encontramos o conto de Teodoro Pontes nas páginas de *A Província do Pará*. É provável que não o tenhamos localizado em razão das ausências de alguns números ou das mutilações do jornal durante o período em que essa narrativa tenha sido possivelmente publicada.

nas notas divulgadas em *A República* como o “pontífice” ou o “eminente chefe” do Naturalismo, Armand, em contrapartida, defendeu que foi Flaubert o fundador da “verdadeira escola naturalista”, visto que esse romancista francês não apresentou em *Madame Bovary* “o estilo repassado de volúpias e de sensualidades” evidenciado em *Naná*, nem tampouco as “cenas de uma torpeza repugnante” reproduzidas em *O primo Basílio*. Dessa forma, é possível depreendermos que o cronista de *A República* não se ressentiu pelo Naturalismo em si, mas pela exposição de episódios com algum teor de imoralidade — a partir dos padrões morais vigentes na época — muito presentes nas produções de caráter naturalista.¹⁰

No dia 5 de julho de 1891, foi divulgada em *A República* — especificamente na coluna “Filosofando...” — uma crônica assinada sob o pseudônimo de Spinoza. Nesse trabalho, o cronista demonstrou-se ressentido pelo fato de não disporem mais de apreço alguns célebres escritores europeus que basearam as obras produzidas nos princípios da moral: “Victor Hugo, o pontífice da grei moralista, caiu; Lamartine, o apóstolo do bem, desapareceu; Alexandre Herculano, o levita das doutrinas rigorosas do dever, está esquecido; Garrett, o evangelizador dos severos costumes, está desprezado”. Segundo Spinoza, a “moral, esse grande farol, que devia guiar a sociedade em toda a sua trajetória, eclipsou-se; a moralidade naufragou”, enquanto o escândalo é “o apanágio da maioria da sociedade moderna, que tanto habituou-se a respirar no ambiente todo viciado. Viver do escândalo e para o escândalo é hoje o melhor título de recomendação”. Na crônica, o colaborador de *A República* elencou alguns nomes de autores que produziram obras inclinadas ao escândalo, a exemplo de Émile Zola, Eça de Queiroz, Guerra Junqueiro, Adolfo Belot e Aluísio Azevedo. Como podemos perceber, Spinoza, embora não tenha mencionado diretamente em nenhum momento os termos “romantismo/romântico(a)” e “realismo/realista” ou “naturalismo/naturalista”, estabeleceu indiretamente uma relação entre a moral e os escritores românticos e entre o escândalo e os escritores naturalistas.

Escritores que tinham algum prestígio na capital paraense não apenas se posicionaram frente ao Naturalismo, como também se vincularam a

¹⁰ Na *História da literatura brasileira*, José Veríssimo (1998, p. 350) atribuiu ao Romantismo uma intenção moralizante, desde a primeira geração romântica até os últimos românticos. Veríssimo, no entanto, afirmou que, a partir do Naturalismo, a moralidade presente nas produções literárias anteriores cede lugar aos vícios, às vulgaridades e às obscenidades: “O principal demérito do naturalismo da receita zolista [...] era vulgarização da arte que em si mesmo trazia. Os seus assuntos prediletos, o seu objeto, os seus temas, os seus processos, a sua estética, tudo nele estava ao alcance de toda a gente, que se deliciava com se dar ares de entender literatura discutindo de livros que traziam todas as vulgaridades da vida ordinária e se lhe compriziam na descrição minudenciosa”.

essa escola literária, a exemplo de Marques de Carvalho.¹¹ No prefácio do romance *O pajé*, publicado aos pedaços nos primeiros meses do ano de 1887 na coluna *Folhetim* de *A República*, o escritor paraense, por exemplo, anunciou aos leitores do jornal que se orgulhava de ser o primeiro escritor radicado na província do Pará a lançar um romance naturalista.¹² Vejamos: “É *O pajé* o primeiro trabalho de seu gênero escrito por um paraense: cabe-me essa glória, tenho a máxima honra em reclamá-la”. Em seguida, o romancista declarou que cortou definitivamente os laços que o mantinham atados aos ideais românticos: “alienei-me da velha escola romântica, desprezei-lhe os abusos e prolixidades, para deixar-me levar pela grande orientação literária da nossa época”. Por fim, o autor garantiu que o seu romance não seria muito bem recebido pelos conservadores românticos:

Bem sei que este livro causará escândalo na família paraense, pela rudeza de suas cenas copiadas da vida real com o maior e mais consciencioso escrúpulo. Tenho quase que uma certeza dos ataques violentos que vão ser dirigidos pelos conservadores românticos, dos quais a renitência em permanecerem na olvidada escola é deveras contristadora. Mas eu não acovardo, não volto atrás: espero que a justiça me será feita um dia, quando a evolução, beneficemente fatal, houver curvado todas as cabeças à moderna fórmula literária. Aqueles que pateiam hoje o realismo, aplaudi-lo-ão amanhã, logo que o tenham compreendido.

¹¹ João Marques de Carvalho (1866-1910) nasceu em Belém, capital da província do Pará, e faleceu em Nice, cidade localizada no sul da França. Aventurou-se por diversos gêneros literários tanto na imprensa quanto em volume, como a poesia, a crônica, o conto, o romance, o teatro e a crítica literária. Publicou vários livros, como *O sonho do monarca* (poemeto — 1886), *Lavas* (poemeto — 1886) *Paulino de Brito* (crítica biobibliográfica — 1887), *Hortênciã* (romance — 1888), *O livro de Judite* (poesias e contos para crianças — 1889), *Contos paraenses* (contos — 1889), *Entre as ninfeias* (contos e crônicas — 1896), *A carteira de um diplomata* (autobiografia — 1899) e *Contos do Norte* (contos — 1900). Fundou periódicos literários de vida efêmera, como *A Arena* e o *Comércio do Pará*. Colaborou também em vários periódicos, como o *Diário de Belém*, o *Diário do Grão-Pará*, *A Província do Pará* e *A República*. Ajudou a fundar agremiações literárias ao lado de outros escritores conterrâneos com o intuito de promover e desenvolver a produção literária em nível tanto regional quanto nacional, como a *Mina Literária* e a *Academia Paraense de Letras*. Vinculou-se também ao Naturalismo, escola literária que adotou, idealizou e defendeu ferrenhamente nas páginas da imprensa periódica de Belém.

¹² É interessante que *O pajé* saiu à luz em *A República* com o epíteto logo abaixo do título de “romance naturalista”. No prefácio desse romance, Marques de Carvalho, no entanto, empregou também o termo “realismo” para se referir à “grande orientação literária da nossa época”. Vejamos: “Aqueles que pateiam hoje o realismo aplaudi-lo-ão amanhã, logo que o tenham compreendido”. Assim como verificamos anteriormente em alguns periódicos que circularam em Belém durante as duas últimas décadas do século XIX, tal fato demonstra que o autor paraense também utilizou os dois vocábulos sem estabelecer nenhuma distinção.

Muito mais do que uma preocupação com a aversão dos leitores em relação à publicação de uma obra de cunho antirromântico e com a exposição de cenas em desacordo com a moral vigente na época, o prefácio do romance de Marques de Carvalho pode ser compreendido como uma forma de propaganda para despertar o interesse dos leitores pela leitura de uma narrativa ficcional disponibilizada em fascículos seriados (SILVA, SALES, 2012). Segundo Robert Darnton (1998), bastava que uma obra fosse censurada para que se tornasse um verdadeiro *best-seller*. Nesse sentido, Marques de Carvalho, quando afirmou que estava escrevendo um romance que “causará escândalo na família paraense, pela rudeza de suas cenas copiadas da vida real com o maior e mais consciencioso escrúpulo”, acabava por despertar a curiosidade dos leitores da época, que devem ter-se sentido estimulados a ler uma narrativa ficcional com a promessa de um enredo permeado de episódios proibidos.

O mesmo recurso também foi utilizado por outro escritor naturalista no Brasil — Aluísio Azevedo — quando lançou em 1887 o romance *O homem*, que trazia a seguinte advertência: “Quem não amar a verdade na arte e não tiver a respeito do naturalismo ideias claras e seguras, fará, deixando de ler esse livro, um grande obséquio a quem o escreveu” (AZEVEDO, 2003, p. 7). Segundo Leonardo Mendes e Cleyciara Garcia Camello (2019, p. 68), “Aluísio Azevedo sabia que a advertência funcionava como um convite de leitura”.

O NATURALISMO NO *DIÁRIO DE NOTÍCIAS*

Os debates em relação aos estilos de época não se restringiram apenas ao órgão do Clube Republicano, mas também a outros periódicos que no mesmo período circularam pela capital paraense, a exemplo do *Diário de Notícias*. Tal periódico circulou diariamente por Belém — exceto às segundas-feiras e feriados — por quase duas décadas — desde 1880 até 1897. Durante esse período, mudou várias vezes — e em certas ocasiões por curto intervalo de tempo — de proprietário e redator-chefe, fato que torna difícil traçar um perfil único do jornal. É mais fácil pensar que esse veículo da imprensa paraense teve várias fases, que variavam de acordo os interesses dos novos proprietários e dos novos redatores-chefes. Lady Ândrea Carvalho da Cruz (2012, p. 64), em estudo sobre a circulação de romances-folhetins franceses no *Diário de Notícias*, elencou algumas possíveis respostas para o fato de esse jornal ter passado por tantos donos em duas décadas: “Primeiro, o jornal como empresa jornalística firmada possuía altos custos [...]; segundo,

além do pagamento da mão de obra de jornalistas [...], tinha-se também a remuneração de tipógrafos, redatores e entregadores [...]; e o terceiro seria a concorrência entre os jornais diários nas décadas de 80 e 90”.

O *Diário de Notícias*, principalmente a partir do final da penúltima década do século XIX, apresentou muitas discussões em relação ao Naturalismo. Desde setembro de 1886 até abril de 1888, esse periódico, por exemplo, publicava uma seção intitulada “Estâncias”, onde eram estampados pensamentos acerca dos mais diversos assuntos. No dia 22 de maio de 1887, foi divulgado nessa mesma coluna um julgamento avesso ao Naturalismo sem autoria expressa. Vejamos:

O naturalismo, ou realismo de certa escola de literatura moderna, que se apraz nas descrições sem pejo das coisas mais indecentes, infames e ascorosas, é o complemento do grosseiro materialismo do nosso tempo, que afoitamente nega Deus e a moral, e converte o homem em um macaco transformado pela seleção; e o homem, assim desaforado, não se envergonha de assumir a impudência e a petulância do macaco.

Podemos perceber que esse pensamento publicado no *Diário de Notícias*, além de apresentar críticas depreciativas em relação ao Naturalismo, a exemplo do caráter licencioso nas descrições e da negação de Deus e da moralidade, não coloca em evidência nenhuma distinção entre Naturalismo e Realismo, pois atribui a essas duas palavras um sentido análogo ou ao menos aproximado.

No dia 24 de maio de 1887, foi lançado ainda nessa mesma coluna do *Diário de Notícias* um outro pensamento também sem autoria sobre o Naturalismo com mais uma denúncia pontual quanto ao seu caráter licencioso: “A indecência do assunto e linguagem em obras literárias não é naturalismo, é depravação e cinismo”. Em meio a tantas páginas do *Diário de Notícias*, os debates a respeito do Naturalismo não ficaram restritos unicamente à coluna *Estâncias*.¹³ No dia 2 de setembro de 1887, foi publicado na seção “Entre-colunas” desse jornal um ensaio cômico sobre o Naturalismo e o Romantismo, assinado sob a alcunha de Sganarelo,

¹³ É válido ressaltarmos que algumas publicações no *Diário de Notícias* a respeito do Naturalismo foram extraídas de outros periódicos, mas decidimos não mencioná-las, pois preferimos colocar em evidência as produções elaboradas exclusivamente para serem estampadas nas páginas desse periódico paraense. Gostaríamos também de salientar que encontramos ainda produções inclinadas ao Naturalismo no teatro e até mesmo na crônica, mas optamos pelas publicações sobre o Naturalismo em geral ou sobre o Naturalismo na prosa de ficção.

pseudônimo pertencente ao escritor e jornalista paraense Antônio de Pádua Carvalho.¹⁴ Nessa publicação, o cronista atribuiu uma relação inusitada entre o porte físico dos escritores do período e o estilo literário ao qual se vincularam. Assim se expressou o colunista do *Diário de Notícias*:

Julgo que os naturalistas devem ser muito gordos, para imitarem o mestre; porque, para ser um grande naturalista, é preciso barriga: está na gordura a matéria, o realismo! Seria esquisito ver um naturalista seco, esgrouviado, fino como uma dessas beatas que se maltratam com cilícios para obterem o reino dos céus. Um Lamartine, um Alfredo de Musset, representantes da escola de Romeu e Julieta, do Werther deviam ser magricelas. E o foram como lord Byron, que embirrava com a gordura, e, como quase todos os poetas byronianos que fortaleciam o estômago fraco, em horas de escrever, com o conhaque, a cerveja, o champanhe, o vinho. [...] Dizem que em Lamartine, o poeta sentimental, via-se apenas uns ossos, fazendo peso a um espírito tão puro, que queria alar-se às regiões etéreas. Os filhos da escola romântica devem ser mais leves, quase pássaros voadores, que os da escola naturalista.

É interessante colocarmos em relevo que Sganarelo, quando afirmou que os escritores naturalistas deviam ser muito gordos para imitarem o mestre, não se referiu, como facilmente poderíamos pensar, a Émile Zola, considerado muitas vezes a figura mais eminente do Naturalismo na França, mas sim a Alexandre Dumas. Nessa publicação, podemos perceber que Pádua Carvalho, apesar de filiá-lo ao Romantismo quando afirmou que os “naturalistas chamam espíritos piegas, franzinos e de fraca monta aos romancistas da escola de Alexandre Dumas”, associou o autor de *Os três mosqueteiros* e de *O conde de Monte Cristo* ao Naturalismo. É possível, no entanto, percebermos que tal associação a essa escola literária deveu-se mais em razão das formas roliças do autor francês do que necessariamente ao seu vínculo aos ideais dessa nova tendência literária desenvolvida na França.

¹⁴ Gostaríamos de frisar que as publicações estampadas na seção “Entre-Colunas” do *Diário de Notícias* eram assinadas exclusivamente por Sganarelo, pseudônimo de Antônio de Pádua Carvalho, jornalista e escritor paraense, assim como também colaborador assíduo do *Diário de Notícias* por longos anos. Essas produções, geralmente, dialogavam com as publicações de outros periódicos, não apenas divulgados na região amazônica, como também em outras partes do Brasil e até mesmo em outros países.

Para remeter-se à estatura corpulenta de Dumas, o colunista do *Diário de Notícias* pautou-se nas palavras de Théophile Gautier. Segundo Sganarelo,

O Alexandre Dumas, não sei se sabem, dispunha de um estômago forte e, segundo Théophile Gautier, tinha uma gorda estatura de tambor-mor, e, se engordasse mais um pouco, seria a quadratura do círculo, como o era Balzac, mais uma pipa do que um homem. Na opinião de Gautier, três homens de mãos dadas não poderiam abraçar o mais fecundo romancista francês, o pai do naturalismo, que gastava uma hora para fazer a volta da sua pessoa! Que estômago não teria ele!

Nesse sentido, é possível observarmos que o colunista da seção “Entre-colunas” objetivava também atribuir o título de “pai do naturalismo” a Alexandre Dumas em razão do tamanho excessivo do corpo do autor e, por conseguinte, pretendeu não apenas vinculá-lo forçosamente ao grupo de escritores franceses naturalistas, mas também distingui-lo como o mais proeminente: “Convenham que Dumas, também obeso, tinha seu quê de naturalismo, fazendo dos seus romances uns livros históricos aproveitáveis e podia ser naturalista, porque era gordo, disponha de um grande espírito”. Convém também colocarmos em relevo que Sganarelo considerou que “as regras têm as suas exceções” e elencou alguns nomes de escritores naturalistas que não apresentavam uma barriga saliente e formas avantajadas. Observemos: “Eça de Queiroz, o discípulo de Zola, é magro, mas admira as teorias do gordo Darwin”. Além do escritor português, outro autor naturalista causou ainda mais espanto ao colunista do *Diário de Notícias* pela magreza. Vejamos: “o que nos fará cair o queixo, será o sabermos que Émile Zola, o grande, o fecundo naturalista, é magro!”.

É importante ainda ressaltarmos que o Naturalismo e o Romantismo entraram como temáticas para provas de concurso. Na data de 7 de maio de 1891, foi divulgado no *Diário de Notícias* uma pequena nota com a informação de que haviam começado no dia anterior os exames para a cadeira de língua portuguesa da Escola Normal da província do Pará. Nessa publicação, foi noticiado que os candidatos inscritos eram Luiz Demétrio Juvenal Tavares, Paulino de Almeida Brito e Alexandre Max Kitzinger. Entre os pontos de literatura para a prova escrita, constavam os seguintes assuntos: “Reação contra a literatura romântica; luta entre o romantismo e o naturalismo”. Desse modo, podemos perceber que as discussões sobre os estilos de época do século XIX não estavam presentes apenas nos periódicos que circularam por Belém durante as duas últimas décadas do Oitocentos,

como também nas instituições de ensino localizadas na capital paraense nesse mesmo período.

O NATURALISMO NO *DIÁRIO DE BELÉM*

O *Diário de Belém* saiu à luz em 3 de agosto de 1868 e manteve-se em circulação por mais de duas décadas.¹⁵ Logo nos primeiros anos, esse jornal foi intitulado uma “folha política, noticiosa e comercial” e, a partir de 1873, quando se tornou Órgão Especial do Comércio, tornou-se uma “folha política, noticiosa e literária”. Provavelmente a partir de 1879, essa designação também desapareceu e o periódico passou a ser denominado apenas como “Órgão Especial do Comércio”.¹⁶ Segundo o próprio jornal no dia do lançamento, “o seu aparecimento t[inha] por fim unicamente a satisfação da necessidade de representação mais especial do partido conservador da província, na imprensa dela”.

Assim como outros jornais que circularam pela capital paraense na mesma época, o *Diário de Belém* foi um periódico que se preocupou em oferecer espaço e proporcionar visibilidade ao campo literário, pois publicava em suas páginas diversos gêneros, como poemas, crônicas, contos, romances, peças de teatro e trabalhos de crítica literária; apresentava colunas específicas onde todos esses gêneros tinham sempre espaço garantido, a exemplo das seções *Folhetim*, *Parte Literária*, *Letras e Artes*, *Variedade(s)*, *Literatura e Bouquet literário*; informava os leitores acerca das novas produções e da vida dos escritores, tanto dos nacionais quando dos estrangeiros, sobretudo em relação aos que detinham fama e prestígio. Ao contrário de outros periódicos que circularam pela capital paraense, o *Diário de Belém*, ainda que oferecesse produções literárias de origem estrangeira aos leitores traduzidas ou extraídas de outros periódicos, foi o primeiro a publicar poemas, contos e romances assinados por autores radicados na província do Pará e, por essa razão, tornou-se um veículo de imprensa muito importante para o desenvolvimento das letras na Belém oitocentista (SILVA, 2018).

Por outro viés, o *Diário de Belém* também sempre se posicionou como uma folha em defesa do abolicionismo. O jornal divulgava frequentemente diversas notícias acerca do movimento a favor da emancipação da escravatura não apenas na província do Pará, como também

¹⁵ Carlos Rocque (2001) afirma que o *Diário de Belém* sobreviveu até os primeiros anos republicanos e desapareceu em 1892. Convém, no entanto, ressaltarmos que os números do periódico no site da Hemeroteca Digital Brasileira limitaram-se até o ano de 1889.

¹⁶ Não nos foi possível precisar exatamente o ano em que a denominação do jornal foi novamente alterada em razão da ausência de muitos números do jornal durante o período correspondente no site da Hemeroteca Digital Brasileira.

no restante de todo o Brasil e até mesmo em outros países. Essas publicações, grosso modo, defendiam a liberdade como uma condição inalienável ao ser humano e condenavam a escravidão como um anacronismo que a nação vergonhosamente ainda sustentava.

Além de *A República* e do *Diário de Notícias*, o *Diário de Belém* apresentou discussões acerca do Naturalismo. O jornal, por exemplo, publicou nos dias 15 e 23 de janeiro de 1880, na coluna “Literatura”, “A escola da moda”, um interessante ensaio crítico sem assinatura acerca do Naturalismo divulgado tanto no Brasil quanto na Europa. Nessa publicação, essa nova orientação literária do final do século XIX foi depreciada em diversos aspectos. O autor anônimo acusou os escritores brasileiros e portugueses de acompanharem servilmente os franceses, pois “todos que seguem as suas pegadas procuram tornar-se salientes, pela exageração e mentira, rebaixando-se a si e rebaixando o caráter nacional”; censurou a imprensa por oferecer aos leitores “os intermináveis e enjoados romances de adultério e infâmias”; denunciou a “falta de gosto” e a “falta de patriotismo” dos autores brasileiros da época, pois “quando deviam procurar melhorar e instruir esta pátria querida, procuram injetar-lhe nas veias o veneno da corrupção”; criticou também os escritores brasileiros pelo fato de não buscarem inspiração nos autores clássicos, em que “se acha a fonte do bom gosto”, mas sim na leitura de Zola, “o medíocre que tem a soberba de um gênio”; defendeu que o “chefe da escola naturalista”, em inúmeros manifestos, procurou exaltar o Naturalismo e rebaixar as escolas contrárias, “sem que saiba explicar bem quais são suas ideias, e em que se diferenciam elas das de outras escolas”; demonstrou-se contra a proposição de Zola de instituir Balzac como “o verdadeiro pai da escola naturalista”; alegou que quase todos os naturalistas eram ignorantes, pois esses autores achavam que “só eles copia[va]m a natureza, só eles procura[va]m a realidade viva e humana, quando há séculos é esta a regra, é a realidade que inspira artistas e escritores”; defendeu que a literatura proposta por Zola “não pode ser a representante da democracia e das ideias mais adiantadas”; reiterou que os escritores naturalistas “tudo tratam de um modo vago e geral”, “não sabem exprimir exatamente suas ideias”, “tudo olham por certas faces, com olhos vesgos”, “só sabem esboçar moléstias, caracteres baixos, cenas imundas” e “podem representar a última degradação da arte, a pintura de estado a que desceu a classe baixa em França, mas nunca ser modelos dignos de seguir-se”; entre outros.¹⁷

Desse modo, o autor dessa publicação, assim como Sílvio Romero

¹⁷ Nesse mesmo ensaio publicado no *Diário de Belém*, percebemos que o autor anônimo não estabeleceu uma distinção entre Naturalismo ou Realismo. Observemos: “Olhando de perto vê-se que nada vale essa escola da moda, naturalista ou realista”.

e José Veríssimo, demonstra uma insatisfação com os ideais defendidos de forma generalizada e vaga pelos autores brasileiros e estrangeiros simpatizantes do Naturalismo e, conseqüentemente, reforça o fato de não haver nas duas últimas décadas do século XIX uma ideia muito precisa acerca da escola naturalista, nem mesmo entre os escritores adeptos dessa tendência literária. Émile Zola, por exemplo, foi um dos mais polêmicos expoentes do Naturalismo, sobretudo porque há divergências entre as publicações teóricas e a produção ficcional de autoria do escritor francês. Neide Faria (1989, p. 125) teceu considerações a respeito dessa questão. Segundo a autora, “a análise dos Rougon-Macquart como um todo [...] comparada aos textos teóricos de Zola [...] serve para ilustrar, de modo exemplar, graus máximos de desacordo entre a teoria e a prática em um mesmo autor, pondo em xeque a própria ideia de unidade incluída nas noções de ‘escola’ ou de ‘movimento literário’”.

No dia 26 de fevereiro de 1882, também foi publicado no *Diário de Belém*, especificamente na coluna “Literatura”, “Um realista às direitas”, um ensaio crítico assinado por Fausto de Altemira sobre “A lenda do lenço”, “um folhetim realista na *Pacotilha*, gazeta positivista que se publica na capital do Maranhão”. Segundo o colaborador do *Diário de Belém*, Sá Viana, autor do folhetim em questão, “fez a sua estreia realística de um modo bastante desgraçado”, pois “o ilustre realista entendeu que, como discípulo convicto das ideias de Eça de Queiroz e Émile Zola, podia plagiá-los” e, por essa razão, “encheu o seu folhetim de quantos termos, frases e descrições pôde encontrar nos romances dos seus dois mestres”. Nessa publicação, Fausto de Altemira, para além da crítica ao trabalho de Sá Viana, (1) censurou os jovens brasileiros que, em vez de seguirem o Romantismo, filiaram-se ao Realismo: “a maior parte da nossa mocidade, desprezando as belezas morais e o estilo correto e gracioso da escola que mais tem progredido desde muitos séculos, segue as doutrinas perniciosas de Zola e Eça de Queiroz”; (2) acusou Émile Zola de ser um péssimo escritor, de ser educado nas ideias antirreligiosas, de fundar uma escola literária com base principalmente na devassidão, de escrever sempre conforme o gosto dos leitores, de destruir o bom gosto e de produzir romances torpes, cheios de cenas repugnantes e incompreensíveis, a exemplo de *O crime do abade Mouret* e *Naná*; (3) condenou Eça de Queiroz pela filiação à escola realista de Zola, — apesar de considerá-lo um notável e talentoso escritor, — pelo grande defeito de seguir “a paixão cega e ilimitada pelas ideias positivistas do século” e pelo fato de *O crime do padre Amaro* não possuir os “predicados necessários” para “defender uma ideia e estigmatizar um defeito da sociedade” — apesar de poder considerá-lo como uma obra de arte.

Depois de criticar a escola realista, Émile Zola e Eça de Queiroz, Fausto de Altemira retornou ao julgamento do folhetim de Sá Viana:

“Despido de todos os ornatos do estilo, sem lógica nem moralidade, A lenda do lenço [...] demonstra um fato bastante censurável e reprovado: a decadência literária da mocidade positivista”. No final do ensaio, o colaborador do *Diário de Belém* encerrou a crítica com um conselho ao estreante folhetinista da *Pacotilha*: “S. S. pode corrigir-se facilmente desses defeitos se, abandonando os livros realistas, estudar seriamente a literatura clássica, e se procurar nas belezas puras de Bernardin de Saint-Pierre e nas perfeições literárias de Lamartine um estilo simples e grandioso, correto e moralizado”.¹⁸

O ensaio crítico de Fausto de Altemira não passou despercebido pelas páginas do *Diário de Belém*. No dia 22 de abril de 1882, foi divulgada nesse mesmo jornal, precisamente na seção *Exterior*, uma correspondência assinada por Mariano Pina sobre os mais variados assuntos. Nessa publicação, o jornalista português aludiu ao “magnífico” artigo de Fausto de Altemira “acerca do naturalismo em arte, a propósito de um trabalho publicado na *Pacotilha*, e que eu sinto não ter podido ler”. A despeito, contudo, de elogiá-lo, demonstrou-se contrário às ideias do colaborador do *Diário de Belém*. Vejamos:

O Sr. Fausto de Altemira, apesar do poder vigoroso da sua argumentação e da sua crítica, deixa ver que tem uma falsa ideia do que é o naturalismo, e essa falsa ideia crítica creio que lhe virá pelo fato de ver falsos espécimes da literatura moderna, tratados por alguns escritores brasileiros, que adivinhando ao naturalismo apenas a forma e a crueza na verdade dos tipos, se limitam a produzir obras de uma plástica intolerável e de um fim incompreensível.

Podemos perceber nessas duas últimas publicações estampadas no *Diário de Belém* que o fato de Mariano Pina se contrapor a Fausto de Altemira em relação ao Naturalismo ilustra o quanto não havia um consenso a respeito dessa escola literária também na província do Pará. Enquanto os detratores construíram uma crítica sobre esse estilo de época por meio do aspecto moral, os defensores empenharam-se em advogá-lo a partir de argumentos vários.¹⁹ Mariano Pina, por exemplo, argumentou que o problema

¹⁸ É válido mencionarmos que, por meio do site da Hemeroteca Digital Brasileira, procuramos “A lenda do lenço”, de Sá Viana, na *Pacotilha* do Maranhão, mas o ano correspondente à publicação desse folhetim não estava disponível.

¹⁹ Um dos argumentos muito utilizados pelos defensores do Naturalismo em relação à ausência de moral nos romances escritos com base nos princípios da nova escola literária consiste na apresentação dos vícios para que as pessoas possam conhecê-los e, por conseguinte, consigam evitá-los. As mulheres, por exemplo, que lessem romances naturalistas com temática de adultério

não estava nas concepções naturalistas em si, mas na maneira como essas mesmas concepções foram erroneamente compreendidas por alguns escritores brasileiros que se enveredaram por essa nova forma de fazer literatura.

ALUÍSIO AZEVEDO E JÚLIO RIBERIO
NAS PÁGINAS DE PERIÓDICOS BELENENSES OITOCENTISTAS

As discussões na imprensa periódica belenense oitocentista não se restringiam apenas aos escritores naturalistas europeus, mas também aos escritores brasileiros provenientes de outras províncias que alcançaram alguma projeção nacional, a exemplo de Aluísio Azevedo. No dia 6 de julho de 1890, foi divulgada uma crônica na coluna “Aos domingos” de *A República* assinada sob o pseudônimo de Lusbel. Nessa publicação, o cronista estabeleceu uma comparação entre os livros *Relicário* (1888), de Vicente de Carvalho, e *O cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo.²⁰ Nesse mesmo trabalho, Lusbel dirigiu-se especialmente às leitoras e esclareceu para esse público específico as suas intenções com a divulgação da crônica em discussão: “trago aqui à leitora simpática as impressões desencontradas que me produziram no espírito esses dois livros de tão brilhante fatura quanto de naturezas heterogêneas, diametralmente opostas”. Segundo o colaborador de *A República*, o *Relicário* era “o sonho ameno, a palavra maviosa, o mundo visto através de uma lente carinhosamente enganadora”, ao passo que *O cortiço* era “a realidade, a expressão crua, a existência vista pelo seu prisma pungentemente verdadeiro e real”. O cronista, embora tenha afirmado que apreciou o romance de Aluísio Azevedo e o considerou “uma bela, uma magnífica obra”, assim como a *Thérèse Raquin* e a *Naná*, trabalhos do mesmo gênero assinados pela pena de Émile Zola, confidenciou que *O cortiço* era “um condimento demasiado forte para os paladares melindrosos”. Lusbel defendeu ainda que preferia “o romance, na lata acepção deste vocábulo, e não, sob a forma dele, um relatório e um tratado sobre estudos e observações de patologia social”. Sobre o *Relicário*, o cronista, em contrapartida, “recomendou “o livro de Vicente de Carvalho a todos os que

estariam aprendendo a não trair os maridos com um amante sedutor, pois essas obras demonstrariam com uma finalidade pedagógica que a infidelidade poderia conduzi-las a um fim trágico.

²⁰ É válido ressaltarmos que na crônica publicada na coluna “Aos domingos” de *A República* e assinada por Lusbel o título do livro de Vicente de Carvalho foi escrito no plural — *Relicários*. Porém, no site da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin encontramos a versão digitalizada da primeira edição da obra em questão de Vicente de Carvalho com o título no singular — *Relicário*. Mantivemos, no entanto, o título dessa coleção de poesias do mesmo modo como consta no título da primeira edição do livro.

procura[va]m sempre um motivo para o sonho, para as expansibilidades dos sentimentos deliciosos” e afirmou que essa coleção de versos podia “fulgurar na escolhida biblioteca da minha simpática leitora e tornar-lhe os ócios menos tediosos, menos aborrecidos”. Nesse sentido, Lusbel, ainda que na crônica em questão não tenha empregado propriamente os termos “romantismo/romântico(a)” e “naturalismo/naturalista” ou “realismo/realista”, afirmou que o romance de Aluísio Azevedo continha “umas tantas coisas que daria tudo para ignorá-las toda a vida” e associou-o a expressões de valor socialmente pejorativo: “negridões”, “gangrenas”, “miserabilidades da vida”, entre outras. O cronista, em contrapartida, atribuiu à coleção de versos de Vicente de Carvalho termos mais amenos e elogiosos: “coleção de bonitos versos”, “versos dignos de alto apreço”, “páginas ungidadas de todas as suavidades”, “versos prenhes de saudades gostosas”, “estrofes extravasando harmonias”, entre outros.

É interessante aludirmos também que Lusbel afirmou, em algumas passagens da crônica publicada em *A República*, que Vicente de Carvalho pecou quanto à forma nos versos presentes no *Relicário*: “É um poeta de fino sentimento, conquanto às vezes descurado na forma”; “Naquelas páginas, onde muitas vezes desmerece o artista na parte material, pompeia-se uma grande alma de sonhador, sincera, magnífica e deslumbrante”. Apesar disso, o cronista não demonstrou ter atribuído muita importância a essas faltas, pois elogiou os versos do poeta pelo conteúdo ameno e também recomendou a coleção de poesias às leitoras. Em relação ao romance de Aluísio Azevedo, Lusbel, em contrapartida, elogiou o talento do romancista maranhense e o valor literário de *O cortiço*: “Aprecio o ilustre maranhense; rendo-lhe a homenagem devida ao seu talento e ao seu fino espírito de observador. Acho, entretanto, que o seu livro, aliás de um súbito valor sintático, é um condimento demasiado forte para os paladares melindrosos”. O cronista, no entanto, demonstrou atribuir mais atenção aos princípios mais próximos à moral do que aos aspectos formais. Desse modo, podemos perceber que o cronista considerou mais as questões morais do que os aspectos formais para exprimir uma apreciação crítica em relação tanto ao *Relicário*, de Vicente de Carvalho, quanto a *O cortiço*, de Aluísio Azevedo. Desse modo, é possível concebermos nessa crônica como a apreciação crítica do colaborador de *A República* foi influenciada pelas questões morais vigentes na época e, justamente por infringi-las em várias partes do enredo, *O cortiço*, assim como ocorreu a muitos outros romances naturalistas, foi desqualificado por Lusbel.²¹

²¹ Além de ter sido associado em publicações veiculadas em periódicos belenenses oitocentistas ao Naturalismo no Brasil, Aluísio Azevedo ainda figurou em algumas folhas diárias na capital paraense como membro da Academia Brasileira de Letras, como autor de peças de teatro e como colaborador de alguns periódicos da Corte, assim como também alguns dos romances que

Segundo Márcia Abreu (2014) e Andréa Müller (2014), a moral era considerada como critério principal de avaliação de romances na primeira metade do século XIX. Nesse período, a maior parte dos homens de letras, tanto brasileiros quanto estrangeiros, acreditava que a leitura influenciava efetivamente o comportamento dos leitores, de tal modo que um dos quesitos mais importantes na avaliação da qualidade de um romance era a moralidade interna à narrativa, assim como também a sua capacidade de provocar comportamentos virtuosos nos leitores. Nesse sentido, bons romances no Oitocentos teriam de ser, sobretudo, capazes de edificar o espírito dos indivíduos que os liam. Nessa época, os padrões formais, estéticos, literários e artísticos como critérios de apreciação de romances ainda não estavam em vigência. Na segunda metade do século XIX, alguns autores, contudo, começaram a se recusar a identificar finalidades externas aos seus trabalhos literários e passaram a centrar o seu interesse em aspectos formais. A difusão social dessas ideias no Oitocentos, no entanto, foi pouco expressiva e custou a se tornar hegemônica.

Nesse sentido, podemos perceber, a partir não apenas da crônica de Lusbel divulgada nas páginas de *A República* como também de outras publicações sobre as quais já nos detemos, que, no final do século XIX, embora as obras literárias já tenham começado a ser avaliadas mais ou menos por meio de critérios formais, estéticos, literários e artísticos, as produções literárias de cunho naturalista ainda continuaram sendo apreciadas criticamente sobretudo com base no aspecto moral vigente na época.²²

A crônica de Lusbel demonstra também que Aluísio Azevedo, embora tenha construído um nome no âmbito das letras no Rio de Janeiro, não passou despercebido pelas páginas da imprensa periódica belenense e ainda se havia tornado um escritor conhecido na capital paraense, sobretudo a partir da publicação dos romances assinados pela pena do autor maranhense, a exemplo de *O mulato* e de *O cortiço*.

Além de Aluísio Azevedo, Júlio Ribeiro foi outro escritor brasileiro associado ao Naturalismo a figurar nas páginas da imprensa periódica belenense oitocentista. No dia 21 de agosto de 1890, por exemplo, foi publicada nas páginas de *A República*, especificamente na coluna *Sem*

publicou foram estampados em anúncios de venda de livros. Além disso, foi divulgada no *Diário de Belém* em 21 de fevereiro de 1884 uma crônica assinada pelo escritor maranhense intitulada “A mulher brasileira é escravocrata!”.

²² Leonardo Mendes (2019) chama a atenção para o fato de que a ficção naturalista, por um lado, era alvo de severas críticas entre homens de letras no Brasil do final do Oitocentos em razão da presença de cenas licenciosas e sensacionalistas, mas, por outro, muitos romances vinculados ao Naturalismo tornaram-se verdadeiros sucessos de venda e, por essa razão, contribuíram para movimentar o mercado editorial. Segundo o autor, “há várias evidências de que ler o romance naturalista licencioso era prática cultural dominante”.

ofensa..., uma crônica assinada sob o pseudônimo de Leopardo.²³ Nessa publicação, o cronista, a princípio, advertiu que a crônica do dia dialogava com um estudo crítico assinado por José Eustáquio de Azevedo lançado no *Sílvio Romero*.²⁴ Observemos: “Lendo no *Sílvio Romero* [...] deparo-me num brilhante estudo que sobre a *Hortência*, de Marques de Carvalho, fez o meu estimado confrade J. Eustáquio de Azevedo, um tópico do qual discordo positiva e absolutamente”. Nessa mesma crônica, Leopardo, embora tenha afirmado que o estudo de Eustáquio de Azevedo se debruçava centralmente sobre o romance de Marques de Carvalho, assegurou que não se dedicaria, em nenhum momento, ao tema principal do ensaio crítico do colaborador do *Sílvio Romero*, mas sim a um aspecto mais pontual desse trabalho: o romance *A carne*, de Júlio Ribeiro. Vejamos:

Abstendo-me de expender opiniões sobre o que diz o sr. Azevedo sobre a bem arquitetada obra do ilustre literato paraense [Marques de Carvalho], cito já o trecho que tão má espécie causou-me. É este: *A Carne*, de Júlio Ribeiro, pode ser uma obra bem acabada, para nós, porém, nunca passará de um livro que só pode ser apreciado pelas cozinheiras das casas ricas e pelos sapateiros sensuais de escada.

Por meio de um tom cordial, o cronista intencionou convencer Eustáquio de Azevedo a repensar a opinião manifestada no *Sílvio Romero* acerca do romance de Júlio Ribeiro.²⁵ Apesar disso, Leopardo preveniu que não considerava *A carne* como “uma leitura edificante para as almas inexperientes das moças e dos rapazes que, como o nobre amigo [Eustáquio de Azevedo], apesar de viver por aqui há uns bons vinte e cinco anos, ainda conservam aquele ‘santo pudor que é só das virgens’”. Além disso, o colaborador de *A República* questionou o gênero com o qual foi identificada *A carne*. Para o cronista, eram poucos os traços que qualificavam como romance essa obra, “em que se revela, com a mesma autoridade e precisão, o filólogo e o naturalista, o médico e o crítico alegre, o analista e o filósofo,

²³ A coluna “Sem ofensa...” começou a ser estampada nas páginas de *A República* entre outubro de 1890 e junho de 1891, sempre assinada sob o pseudônimo de Leopardo. Nessa seção, foram publicadas diversas crônicas sobre os mais variados assuntos.

²⁴ Convém declararmos que, infelizmente, não encontramos a referida publicação de José Eustáquio de Azevedo lançada nas páginas do *Sílvio Romero* nos números do periódico disponíveis no Setor de Microfilmagem da Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves (FCPTN).

²⁵ É válido informarmos que Leopardo, para evitar a repetição do nome de Júlio Ribeiro na crônica em questão, utilizou expressões como “notável paulista” e “sábio paulistano”, mas o autor de *A carne* não nasceu na província de São Paulo, mas sim na província de Minas Gerais, especificamente na cidade de Sabará.

visto como ela não se ressentia desse largo sopro ameno da fantasia e da imaginação inventadora”. Leopardo, portanto, preferiu considerá-la “com o caráter de um relatório, uma fria resenha dos estudos de observação do notável paulista, ou, por outra, um livro que tem por fim único a ostentação modesta dos profundos e apreciáveis conhecimentos do sábio paulistano”.

Segundo Leonardo Mendes (2014, p. 35), o romance de Júlio Ribeiro era “inundado por terminologias e teorias científicas”, que não se restringiam apenas aos aspectos biológicos, mas também “em estudos das condições climáticas do litoral paulista, na longa descrição geográfica e geológica da planície santista, na elucidação da engenharia da construção de pontes na província, assim como na apresentação detalhada e técnica do processo de moagem de cana-de-açúcar” e na descrição e classificação de várias espécies da fauna e da flora da Mata Atlântica, com direito à referência dos seus nomes científicos em latim. Essas peculiaridades presentes no romance de Júlio Ribeiro foram responsáveis por enquadrá-lo em “um novo gênero de prosa de ficção — uma *literatura científica*, — que liberava o escritor das convenções literárias do passado” (MENDES, 2014, p. 34). Nesse sentido, o discurso científico irrefutavelmente explícito em *A Carne* contribuiu para colocar em xeque a classificação da obra de Júlio Ribeiro como romance, como podemos perceber no discurso do cronista de *A República*.

O colaborador de *A República*, no entanto, não considerou que *A carne* fosse digna de leitura apenas das cozinheiras das casas ricas e dos sapateiros sensuais de escada, “simplesmente porque há ali algumas cenas em que o escritor [...] não estendeu um véu coloridamente belo, como nos livros sentimentais, e isso em virtude da intenção assaz louvável de não gerar nos espíritos doentes de pieguice o desejo de reproduzi-las”. Mais adiante, o cronista ainda reiterou que *A carne* “é mais um tratado do que um romance, por isso que ele ensina mais do que ameniza; fortalece o espírito mais pela instrução do que pelas situações poéticas e sentimentais”.

Além de ter defendido que o romance de Júlio Ribeiro apresentou uma intenção moralizante às avessas, Leopardo afirmou que essa mesma obra também dispunha de um apreciável valor linguístico por meio do qual se poderia aprender a língua portuguesa. Observemos: “Eu não acho que *A Carne* seja um romance e por isso abro-a nos meus vagares quando, junto da satisfação de apreciar o purismo do meu patrício ilustre, eu quero ter a de admirar e aprender o meu idioma”.

Nesse sentido, Leopardo defende que *A carne*, de Júlio Ribeiro, é uma obra cujo valor reside não apenas no ensino da moral por meio da exibição dos vícios, como também no forte caráter instrutivo, pois o romance do escritor mineiro oferece conhecimentos variados acerca de alguns campos do saber, como a filologia, a filosofia, a crítica e a medicina, além de ostentar

um preciosismo linguístico a partir do qual o leitor poderia muito bem instruir-se a respeito da língua portuguesa.

No dia 26 de agosto de 1890, em contrapartida, saiu à luz na coluna “Letras” de *A República* uma resposta de José Eustáquio de Azevedo à crônica de Leopardo. Nessa publicação, o colaborador do periódico literário *Sílvio Romero*, em tom também cordial, afirmou que

Com pesar fazemos ciente a Leopardo que ainda não mudamos de opinião com respeito à *Carne*, de Júlio Ribeiro, tão valentemente defendida por si; continuamos a afirmar, porque somos pirrônicos, que aquele livro é para nós o que há de mais vergonhoso, de mais licencioso, de infame na literatura brasileira contemporânea, embora reconheçamos no seu autor um verdadeiro escritor, talentoso e erudito, inspirado e brilhante.

Nessa resposta ao cronista de *A República*, Eustáquio de Azevedo demonstrou-se ressentido pelo fato de Leopardo ter defendido *A carne*, “ao ponto de apontá-la à mocidade estudiosa, como um livro instrutivo e útil”. Segundo o colaborador do *Sílvio Romero*, esses jovens estudiosos poderiam muito bem buscar conhecimento sobre filosofia, crítica, filologia e medicina em outras fontes, “sem ser preciso enjoarmo-nos com a leitura de livros pornográficos e reles, dos pseudorealistas enfatuados!”. Para tanto, Eustáquio de Azevedo indicou as *Questões vigentes*, de Tobias Barreto, assim como as obras de Álvares de Azevedo, “para irmo-nos aprofundar em filologia”; apontou o nome de Sílvio Romero “para deleitarmo-nos com a crítica”; recomendou os estudos de Moniz Barreto “para elucidarmo-nos em filosofia”; sugeriu os nomes de “Jenner, Alibert, Chernoviz e tantos outros para bebermos alguns estudos sobre medicina”. Nessa mesma publicação, Eustáquio de Azevedo ainda acrescentou: “Pois o meu ilustrado confrade acha justo e bem cabido dar preferência a um livro literário, bem escrito, embora, mas, impregnado de torpezas e imoralidades, a um outro em circunstâncias idênticas, porém, criterioso e sério?!”.

Dessa forma, José Eustáquio de Azevedo demonstrou que o leitor da época não precisava entrar em contato com um livro imoral e torpe como *A carne*, de Júlio Ribeiro, para aprender sobre filologia, crítica, filosofia e medicina, pois existiam nesse período outros livros em que os mesmos conhecimentos podiam ser obtidos sem que os leitores se defrontassem com cenas vergonhosas, licenciosas e infames. Em meio às críticas relacionadas à moral, o colaborador do *Sílvio Romero* ainda mencionou que a maior parte das páginas do romance de Júlio Ribeiro pecava “pela excessiva falta de modéstia da parte de quem as escreveu, para dar-nos a conhecer a sombra de

conhecimentos que possui, conhecimentos que qualquer *quidam* pode exhibir também [...] com o auxílio de alguns livros e bons dicionários!”. No dia 28 de agosto de 1890, Leopardo lançou no mesmo jornal e na mesma coluna de antes outra crônica estabelecendo mais uma vez um diálogo com as palavras impressas de José Eustáquio de Azevedo sobre o romance de Júlio Ribeiro. Nessa publicação, o cronista afirmou que

Sem o querer talvez, o simpático agressor de Júlio Ribeiro ratificou o que eu afirmei: que *A Carne*, do ilustre paulista, é um livro magistralmente bem feito e que não deve ser cometido à leitura gaguejada e crivada de erros de prosódia das cozinheiras das casas ricas (a maioria das quais entre nós ignora até a configuração das letras alfabéticas), e dos sapateiros sensuais de escada (coisa que só conhecemos pela leitura dos romances estrangeiros).

Na crônica em questão, Leopardo também se ressentiu pelo fato de o colaborador do *Sílvio Romero* ter desqualificado a obra de Júlio Ribeiro e recomendado os livros de Álvares de Azevedo à mocidade que desejava aprofundar-se em filologia. Vejamos: “Ora, não consta que o grande poeta brasileiro se dedicasse a estudos filológicos e neles adquirisse tal estatura, tal autoridade que fosse digno do respeito consagrado ao mestre”. Além disso, o cronista ainda se sensibilizou pelo fato de Eustáquio de Azevedo não ter indicado aos jovens que desejam aprofundar-se em filologia a leitura de *A carne*, de Júlio Ribeiro, mas de ter-lhes aconselhado a leitura do *Macário* (peça de teatro) e da *Noite na taverna* (contos), de Álvares de Azevedo, “em cujas artérias corre simplesmente um erotismo adocicado, de parceria com uma fantasia tentadora a espreguiçar-se pela expressão e pelo período”.

Leopardo, sobre *A carne*, afirmou: “eu não contesto e nem contestei que a obra de Júlio Ribeiro resente-se, em certas situações, da clássica folha de parreira ou então da reticência, — irrisório recurso de que lançavam mão os românticos antigos para, hipocritamente, atenuar a licenciosidade de certos pontos do seu livro”. Conforme ainda o cronista, “a minha questão capital [...] é que *A Carne* não é um livro ordinário, infame, indecente e sem valor. Não. É ele antes um repositório em que fulge um belo espírito observador, culto e apaixonado pela verdade na arte ao ponto até de sacrificar conveniências”. Assim, percebemos que o colaborador de *A República* reiterou o posicionamento sobre o romance de Júlio Ribeiro sustentado na primeira crônica em diálogo com a publicação de Eustáquio de Azevedo lançada no *Sílvio Romero*.

Para encerrar a segunda crônica, Leopardo expôs o posicionamento acerca dos leitores aos quais deveria ser destinado o romance

de Júlio Ribeiro. Vejamos:

Não acho que *A Carne* deva repousar na caixa de bordados de uma menina de 15 anos, assim como também reputo uma grave injustiça fazê-la andar, saturando-se do cheiro aperitivo dos guisados das coisinhas ricas, da tábua de fazer picado para o fogão, do fogão para o fumeiro, nodoando-se de banha e massa de tomates. O seu lugar é na estante dos que prezam as belas obras, do que não deixam de apreciar uma perfeita estátua, simplesmente porque o escultor, ardentizado pelo empenho de não sacrificar a verdade, e para ser agradável a meia dúzia de hipócritas que, sem o mínimo de pejo, não estendeu uma tanga em certos lugares indicados pelo convencionalismo de alguns velhacos.

O diálogo entre o colaborador de *A República* e José Eustáquio de Azevedo serve para demonstrar que as críticas destinadas ao romance de Júlio Ribeiro, conforme Leonardo Mendes (2014, p. 28), devem ser atribuídas ao fato de que essa obra “rompia com uma concepção sagrada (ou romantizada) de literatura”, concebida não apenas como discurso nobre e elevado, mas também como lugar da fantasia, da fabulação e do belo, pois “[n]o naturalismo a literatura era ‘rebaixada’, sexualizada, banalizada e retalhada por discursos concorrentes (sendo o cientificismo o mais notório) e novos gêneros textuais, muitos ligados à imprensa diária, tais como a reportagem, o folhetim e o *fait divers*”. Nesse sentido, as transformações no campo literário decorrentes do Naturalismo trouxeram consequências consideradas negativas pelos intelectuais da época, acostumados aos padrões vigentes durante o Romantismo, como a valorização da moralidade. Segundo Leonardo Mendes (2014, p. 39), “[o] rompimento do vínculo com o sagrado era visto como um rebaixamento, como a perda daquilo que fazia da literatura um bem de valor, num campo impregnado pelo imaginário romântico da ‘extraterritorialidade’ da arte”.

Com base no debate a respeito de *A carne* entre José Eustáquio de Azevedo, escritor paraense e idealizador do *Sílvio Romero*, e Leopardo, cronista anônimo e colaborador de *A República*, percebemos ainda que o romance de Júlio Ribeiro, embora tenha sido publicado em São Paulo, não passou despercebido pelas páginas da imprensa periódica belenense oitocentista e também causou divergências entre jornalistas e literatos na capital paraense.²⁶

²⁶ É válido mencionarmos que Júlio Ribeiro não foi mencionado na imprensa periódica belenense oitocentista apenas como um romancista brasileiro adepto do Naturalismo, mas também como

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das páginas de *A República*, do *Diário de Notícias* e do *Diário de Belém*, podemos perceber, por exemplo, que não havia um consenso entre as discussões a respeito do Naturalismo na imprensa periódica belenense oitocentista. Ora o Naturalismo era considerado contra a moral, contra a religião e contra Deus, propunha a exibição de cenas licenciosas nas produções vinculadas a essa orientação literária e ainda apresentava, de modo geral, um conjunto de produções de valor literário medíocre, ora era julgado como uma forma de literatura equivocadamente compreendida, não apenas pelos leitores em geral, como também às vezes até mesmo pelos próprios autores adeptos, que produziam trabalhos carregados com cenas grotescas de vulgaridade. Ora o Naturalismo era um modelo cultivado por escritores e artistas ignorantes, ora era elevado à categoria de disciplina séria e ao estatuto de ciência. Ora o maior expoente e o verdadeiro pai do Naturalismo na França era Émile Zola, ora Gustave Flaubert, ora Honoré de Balzac, ora Alexandre Dumas. Ora o Naturalismo era abordado como se fosse um bloco único e fechado, ora como se apresentasse duas vertentes distintas: enquanto, de um lado, havia um modelo “latrinário”, considerado falso, vulgar e repulsivo, existia, do outro, um modelo estimado como correto, ideal e promissor. Ora o Naturalismo no Brasil era considerado um modelo servilmente importado da Europa e inferior ao frutífero e próspero Romantismo, ora era avaliado como uma nova, fecunda e proeminente tendência literária a ser instaurada no país durante a República. Ora o Naturalismo no Brasil era censurado pela ausência de patriotismo e ideal, ora era exaltado pelo enorme poder de observação da realidade.

Desse modo, podemos conceber que essas publicações divulgadas em periódicos belenenses oitocentistas e veiculadas durante o período de vigência do Naturalismo demonstram que, embora houvesse sem dúvida uma ideia do que era essa tendência literária em Belém no final do século XIX, não havia, no entanto, uma compreensão uniforme, consensual e fechada acerca do modelo naturalista nas páginas da imprensa periódica da capital paraense nas duas últimas décadas do Oitocentos. Em *A República*, no *Diário de Notícias* e no *Diário de Belém*, verificamos, portanto, que o aparecimento do Naturalismo dividiu a opinião de escritores e jornalistas na Belém desse período e promoveu um debate efervescente entre os adeptos do Romantismo e os entusiastas do Naturalismo.

um famoso gramático da língua portuguesa durante o final do século XIX e o início do século XX. Vilhena Alves, por exemplo, era um jornalista e poeta paraense que divulgava “estudos gramaticais” nas páginas de *A República* e, muitas vezes, recorria aos conhecimentos de Júlio Ribeiro sobre gramática. É provável que Vilhena Alves tivesse lido a *Gramática portuguesa* (1881), o único compêndio gramatical de autoria de Júlio Ribeiro.

Essa variedade de debates sobre a escola naturalista, contudo, não era uma característica específica da imprensa belenense oitocentista, mas sim uma tendência generalizada não apenas nas demais províncias do Brasil, como também em países da Europa. Segundo Leonardo Mendes (2019, p. 83), “muitos escritores no final do século XIX se identificavam com o naturalismo, se autodeclaravam naturalistas, escreviam ficção naturalista como forma de gerar renda, ou eram chamados de naturalistas pelos pares”, mas essa nova tendência literária, quando era alvo de debates acalorados entre homens de letras, gerava inúmeras discordâncias. Nesse sentido, o autor afirma que essa “pluralidade de concepções em circulação permite falar em ‘naturalismos’ — como modos variados de execução dos mesmos princípios — já no século XIX”.

Não muito diferente do que ocorria nas páginas de periódicos que circularam por países europeus e pelas demais províncias brasileiras, as apreciações críticas veiculadas na imprensa periódica belenense oitocentista e desfavoráveis ao Naturalismo também colocaram em evidência o caráter licencioso presente nos romances naturalistas, o qual se distancia — e muito — da moral vigente na época. Sobre esse aspecto, Leonardo Mendes e Cleyciara Garcia Camello (2019) chamam a atenção para o fato de que essas polêmicas, por um lado, contribuíram para relegar romances naturalistas a um lugar periférico no cânone literário nacional, mas, por outro, serviram para atrair compradores, aumentar o número de vendas e impulsionar o mercado editorial no país. Segundo os estudiosos, muitos autores vinculados ao Naturalismo conseguiram alcançar índices de vendagem nunca vistos antes no Brasil com a publicação de livros com enredos de cunho erótico. *O homem*, de Aluísio Azevedo, por exemplo, atingiu o total de 5.700 exemplares vendidos entre outubro e dezembro de 1887.

É possível afirmarmos também que o Romantismo na capital paraense, mesmo com o surgimento do Naturalismo, mantinha-se ainda presente e muito expressivo, de tal modo que as discussões a favor e contra algum desses dois estilos de época, assim como também as produções românticas e antirromânticas, coexistiam nas páginas da imprensa periódica que circulava em Belém nas duas últimas décadas do século XIX (SILVA, 2018).

Além disso, se considerarmos os diversos estudos realizados a respeito da crítica sobre o Naturalismo tanto na França quanto no Brasil, é possível percebermos que os julgamentos acerca do aparecimento da nova escola literária durante o final das duas últimas décadas do Oitocentos em nível tanto nacional quanto internacional são muito semelhantes às apreciações estampadas nas páginas da imprensa belenense oitocentista.²⁷

²⁷ Em relação aos estudos que se dedicaram à crítica naturalista tanto na França quanto no Brasil *Miscelânea*, Assis, v. 29, p. 287-319, jan.-jun. 2021. ISSN 0104-3420

Esse fato demonstra que jornalistas e escritores na capital paraense estavam bastante atentos às discussões e aos debates estabelecidos acerca dos estilos de época não apenas no Brasil como também — e sobretudo — na Europa. Não é à toa que os nomes de escritores europeus — a exemplo de Émile Zola, Gustave Flaubert e Eça de Queiroz — e brasileiros de outras províncias — a exemplo de Aluísio Azevedo e Júlio Ribeiro — eram mencionados com certa frequência nas páginas de periódicos belenenses oitocentistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES SECUNDÁRIAS

ABREU, Márcia. Problemas de história literária e interpretação de romances. *Revista Todas as Letras (MACKENZIE Online)*, São Paulo, v. 16, p. 39-52, 2014.

ALMEIDA, Leandro Thomaz de. *Literatura naturalista, moralidade e natureza*. 2013. 192 f. Tese (Doutorado) — Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, 2013.

AZEVEDO, Aluísio de. *O homem*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Garnier, 2003.

BAGULEY, David. *Le naturalisme et ses genres*. Paris: Nathan, 1995.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. *Jornal e literatura: a imprensa brasileira no século XIX*. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

CAMINHA, Adolfo. *Cartas literárias*. Rio de Janeiro: Tipografia Aldina, 1895.

CATHARINA, Pedro Paulo Garcia Ferreira. Estética naturalista e configurações da modernidade. In: MELLO, Celina Maria Moreira de;

ou que apresentaram um estudo do Naturalismo francês e brasileiro a partir de uma nova perspectiva, cf. ALMEIDA (2013); CORRÊA (2011); MENDES, CATHARINA (2009). Sobre os trabalhos que se propuseram a estudar a crítica naturalista na França ou que se prontificaram a estudar o Naturalismo francês a partir de um novo ângulo, cf. CATHARINA (2006); BAGULEY (1995). A respeito das pesquisas que se debruçaram sobre a crítica literária a respeito do Naturalismo no Brasil ou que se inclinaram a respeito da escola naturalista brasileira a partir de um novo prisma, cf. MENDES (2000) (2006) (2008) (2019); FARIA (1989).

CATHARINA, Pedro Paulo Garcia Ferreira (organizadores). *Crítica e movimentos estéticos: configurações discursivas do campo literário*, 2006. p. 105-35.

CORRÊA, Patrícia Alves Carvalho. *O naturalismo em perspectiva comparada: de Émile Zola a Aluísio Azevedo*. 2011. 297 f. Tese (Doutorado) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Educação e Humanidades, Instituto de Letras, 2011.

CRUZ, Lady Ândrea Carvalho da. *Literatura e imprensa em Belém do Grão-Pará: o romance-folhetim no periódico Diário de Notícias, nos anos de 1881 a 1893*. 2012. 138 f. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras. Belém, 2012.

DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. Trad. Daniel Pellizzari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FARIA, Neide. O naturalismo e o(s) naturalismo(s) no Brasil. *Travessia*, Florianópolis, n. 16-18, p. 124-47, 1989.

MENDES, Leonardo. *O retrato do imperador: negociações, sexualidade e romance naturalista no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

_____. As qualidades da incorreção: o romance naturalista no Brasil. In: MELLO, Celina Maria Moreira de; CATHARINA, Pedro Paulo Garcia Ferreira (org.). *Crítica e movimentos estéticos: configurações discursivas do campo literário*, 2006. p. 137-66.

_____. O romance republicano: naturalismo e alteridade no Brasil, 1880-90. *Letras & Letras*, Uberlândia, v. 24, p. 189-207, 2008.

_____. Júlio Ribeiro, o naturalismo e a dessacralização da literatura. *Pensares em Revista*, São Gonçalo, v. 4, p. 26-42, 2014.

_____. AMARAL, Sérgio da Fonseca. Júlio Ribeiro, Adolfo Caminha e Inglês de Sousa. In: GUINSBURG, Jacob; FARIA, João Roberto (org.). *O Naturalismo*. São Paulo: Perspectiva, 2017.

_____. O naturalismo na livraria do século XIX. *Revista Letras*, Curitiba, v. 100, p. 71-90, 2019.

_____; GARCIA-CAMELLO, Cleyciara. *O homem* (1887), de Aluísio Azevedo, como *best-seller* erótico. *ALEA: Estudos Neolatinos* (impresso), Rio de Janeiro, v. 21, p. 65-80, 2019.

MÜLLER, Andréa Correa Paraiso. Imprensa e leitura de romances no Brasil oitocentista. *Gavagai: Revista Interdisciplinar de Humanidades*, Erechim, v. 1, p. 26-35, 2014.

ROQUE, Carlos. *História geral de Belém e do Grão-Pará*. Belém: DistribeL, 2001.

ROMERO, Sílvio. A literatura em perspectiva. In: CANDIDO, Antonio (org.). *Sílvio Romero: teoria, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978. p. 179-202.

_____. *Novos estudos de literatura contemporânea*. Rio de Janeiro: Garnier, 1898.

SILVA, Alan Victor Flor da. *Vida literária na Belém oitocentista: a contribuição do Diário de Belém para o desenvolvimento das Letras na capital paraense (1882-1889)*. 2018. 306 f. Tese (Doutorado) — Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras. Belém, 2018.

_____; SALES, Germana Maria Araújo. Os prefácios dos romances de João Marques de Carvalho em folhetins belenenses oitocentistas. *Revista de Estudos Literários da UEMS*, v. 2, p. 99-114, 2012.

VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. São Paulo: Letras & Letras, 1998.

_____. O romance naturalista no Brasil. In: BARBOSA, João Alexandre (org.). *José Veríssimo: teoria, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978. p. 179-202.

FONTES PRIMÁRIAS

A ESCOLA DA MODA. *Diário de Belém*, Literatura, Belém (PA), p. 1-2, 15

Miscelânea, Assis, v. 29, p. 287-319, jan.-jun. 2021. ISSN 0104-3420

jan. 1880.

A ESCOLA DA MODA. *Diário de Belém*, Literatura, Belém (PA), p. 1, 23 jan. 1880.

A POLÍTICA MODERNA: Educação ao povo. *A República*, Belém (PA), p. 1, 6 maio 1890.

A República, Belém (PA), p. 2, 6 jul. 1893.

A República, Belém (PA), p. 2, 24 mar. 1892.

ALTEMIRA, Fausto de. Um realista às direitas. *Diário de Belém*, Literatura, Belém (PA), p. 3, 26 fev. 1882.

ARMAND. *A República*, Pela Manhã, Belém (PA), p. 2, 25 maio 1890.

AZEVEDO, Eustáquio de. *A República*, Letras, Belém (PA), p. 2, 26 ago. 1890.

Diário de Notícias, Belém (PA), p. 3, 7 maio 1891, p. 3.

Diário de Notícias, Estâncias, Belém (PA), p. 3, 22 maio 1887.

Diário de Notícias, Estâncias, Belém (PA), p. 2, 24 maio 1887.

LEOPARDO. *A República*, Sem ofensa..., Belém (PA), p. 2, 21 ago. 1890.

LUSBEL. *A República*, Aos domingos, Belém (PA), p. 1, 6 jul. 1890.

PINA, Mariano. Europa: Correspondência de Portugal. *Diário de Belém*, Exterior, Belém (PA), p. 3, 22 abr. 1882.

SGANARELO. *Diário de Notícias*, Entre-Colunas, Belém (PA), p. 2, 2 set. 1887.

SPINOZA, *A República*, Filosofando..., Belém (PA), p. 1, 5 jul. 1891.

VERÍSSIMO, José. Um século de literatura. *A República*, Belém (PA), p. 2, 2 fev. 1900.

_____. Um século de literatura. *A República*, Belém (PA), p. 2, 3 fev. 1900.

_____. Um século de literatura. *A República*, Belém (PA), p. 1, 4 fev. 1900.

_____. Um século de literatura. *A República*, Belém (PA), p. 2, 7 fev. 1900.

_____. Um século de literatura. *A República*, Belém (PA), p. 2, 8 fev. 1900.

_____. Um século de literatura. *A República*, Belém (PA), p. 2, 10 fev. 1900.

Recebido em 18 set. 2020

Aprovado em 12 fev. 2021